

# Carmén Lúcia ordena abertura de inquérito contra ministro

24/03/2022

A ministra Carmén Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, determinou a abertura de inquérito para investigar o ministro da Educação, Milton Ribeiro, pela suposta prática dos crimes de corrupção passiva, tráfico de influência, prevaricação e advocacia administrativa.

Isac Nóbrega/PR



Ribeiro será investigado após a revelação da existência de gabinete clandestino  
Isac Nóbrega/PR

A decisão foi provocada por [pedido de abertura de inquérito](#) do procurador-geral da República, Augusto Aras. Milton Ribeiro entrou no radar da PGR após a publicação de reportagens do jornal *O Estado de São Paulo* revelando que as verbas do ministério para prefeituras são liberadas a partir da indicação de dois pastores.

*O Estadão* [noticiou o caso](#) no último dia 18. Segundo o jornal, existe um "gabinete paralelo" de pastores que toma as decisões no MEC, controlando a agenda do ministério e a liberação de verbas.

Na decisão, a ministra afirma que a gravidade do quadro descrito é inconteste e não poderia deixar de ser objeto de investigação imediata, aprofundada e elucidativa sobre os fatos e suas consequências, incluídas as penais.

"Há de se investigar e esclarecer, de forma definitiva, a materialidade e a autoria das práticas com elementos objetivos e subsídios informativos definidos nos termos da legislação vigente, para se concluir sobre a autoria, os contornos fáticos e as consequências jurídicas a serem determinadas pelas condutas descritas na notícia de crime informada pela Procuradoria-Geral da República", sustenta a ministra.

Ela também atendeu a pedido da PGR para ouvir o ministro Milton Ribeiro, além dos dois pastores e de prefeitos que teriam sido beneficiados com verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A Controladoria-Geral da União e o MEC também devem prestar esclarecimentos sobre o cronograma de liberação das verbas do fundo e os critérios adotados no prazo de 15 dias.

Por fim, a ministra também decidiu sobre três notícias-crimes ajuizadas contra o ministro Milton Ribeiro e o presidente Jair Bolsonaro (PL). Elas foram ajuizadas por parlamentares e pedem que se investigue a conduta dos dois nas práticas clandestinas de distribuição de verbas no MEC. Em resposta aos pedidos, Cármen Lúcia deu prazo de 15 dias para que a PGR se manifeste sobre as demandas.

## Gabinete paralelo

O grupo que articulava clandestinamente a liberação de verbas do MEC seria liderado por Gilmar Silva dos Santos, presidente da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil, e Arilton Moura, assessor



de Assuntos Políticos da entidade. Conforme relato de um prefeito, Arilton Moura pedia propina em troca dos recursos. Posteriormente, a *Folha de S. Paulo* divulgou um áudio da conversa.

**Clique [aqui](#) para ler a decisão**

**Inq 4.896**

**Pet 10.260**

**Pet 10.261**

**Pet 10.267**

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2022-mar-24/carmen-lucia-ordena-abertura-inquerito-ministro-educacao/>